

**EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E O TRABALHO DOCENTE:
UM ESPAÇO DE SUBJETIVAÇÃO**

Patricia Simone Garcia (UERJ)
garciaPATRICIA@GLOBO.COM

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem a finalidade de analisar as imagens discursivas dos enunciados sobre o ensino e o trabalho docente na modalidade de educação a distância. No contexto da educação brasileira atual, crescem os programas de educação a distância em todos os níveis de ensino. A educação a distância (EaD) vem sendo apontada como uma estratégia educacional para expandir o sistema educacional brasileiro. Nos últimos vinte anos, desde a promulgação da LDB, novas iniciativas pública e privada, fizeram crescer os investimentos no setor. O crescimento do ensino a distância, no Brasil, se deve, principalmente, à incorporação das novas tecnologias de informação (internet) ao processo didático-pedagógico.

Com base no que preconiza a LDB de que a educação a distância é um sistema de ensino diferenciado, tanto pelo suporte de aprendizagem como pelo público a que se destina, desejamos investigar que diferenças estão inscritas nos discursos sobre EaD. Que lugares são atribuídos ao sujeito professor e como seu trabalho é percebido na Educação da pós-modernidade?

A escolha de investigar a produção de subjetividades do trabalho docente justifica-se por dois motivos que nos chamaram atenção. O primeiro refere-se ao fato de o trabalho docente estar delegado a dois sujeitos distintos, quais sejam, professor e tutor. O segundo é o fato de a educação a distância ser definida como uma modalidade de ensino diferenciada pela utilização das tecnologias de comunicação e informação (TCIs) para mediação didático-pedagógica. O trabalho do professor, nesta modalidade de ensino, começa a ganhar novos significados, porque este precisa interagir com o aluno através da tecnologia, o trabalho diversifica-se, amplia-se. O professor em EaD, no Brasil, é uma construção histórica em andamento e as nuances de suas atividades são representadas pelo embate entre formas de ser professor presencial e ser professor em EaD. Fabricam-se novas

ENSINO DE LITERATURA

designações para as atividades de orientação discentes: monitores, orientadores, tutores. A língua fabrica realidade, fabrica sentidos. Ao designar o professor de tutor, instala-se um outro que dele se diferencia. Naturalizar essas designações é partir do pressuposto que o real se dissocia das produções maquínicas do sentido. O que quero dizer é que, se hoje existe um posto de trabalho docente intitulado *tutor/ tutoria*, é porque ele foi por nossas práticas discursivas instaurado em algum momento da história da educação. São essas práticas discursivas que analisamos, procurando as vozes que se reportam as práticas instituídas em EaD. Textos que situam o trabalho docente em EaD e que falam aos profissionais de ensino.

Todo texto é produto de construções de sentidos sociais situados historicamente. O sentido não está no texto, a priori, ou no mundo. O sentido se constrói numa inter-relação com o mundo. Ele não é particular, é, pois, a articulação entre os enunciados que vão sendo negociados com uma comunidade discursiva. Nasce nas práticas sociais e vai dialogando com outros sentidos. Por esta razão, entendemos a enunciação como espaço social no qual o sujeito evoca diferentes sentidos para as relações que pretende legitimar. O sentido é móvel, porque é produto de um sujeito polifônico atravessado por diferentes vozes que se inscrevem em seu discurso, vozes que “lutam” pelo sentido.

A perspectiva que adotamos nesse trabalho é enunciativa e, portanto, procuraremos demonstrar que o sujeito implicado nos textos é um sujeito cindido, atravessado por forças que o têm colocado diante de uma realidade “virtual” que o faz repensar seu lugar *na história e no simbólico* para retomar um termo utilizado por Orlandi (2001), segundo a qual, *A subjetividade pode interessar, discursivamente, pelo fato de que ela permite compreender como a língua acontece no sujeito. A subjetividade é assim estrutura no acontecimento do discurso.* (Orlandi, 2001).

QUADRO TEÓRICO

Ao enunciar, o sujeito agencia sentidos que se interlegitimam num todo semântico. Sujeito e sentido se inscrevem na língua como

categorias de linguagem que nos permitem compreender a língua em exercício nas instâncias do discurso.

Em consonância com a perspectiva enunciativa que adotamos, “o conceito de discurso, ao definir espaços de regularidades associados a condições de produção visa delimitar o que constitui o falante em sujeito de seu discurso(...) o qual, por sua vez, o assujeita” (Pêcheux, 1984, p. 7). O discurso engendra as condições sociais e subjetivas do grupo social que o produz, seu estudo implica entender as articulações entre texto produzido por um grupo e as condições que contribuem para os sentidos que nele se colocam.

O Discurso, bem menos do que um ponto de vista, é uma organização de restrições que regulam uma atividade específica. A enunciação não é uma cena ilusória onde seriam ditos conteúdos elaborados em outro lugar, mas um dispositivo constitutivo da construção do sentido e dos sujeitos que aí se reconhecem. (Maingueneau, 1997, p. 50)

Parafraseando Maingueneau, podemos dizer que, ao estudo do *discurso*, cabe elucidar como os enunciados puderam mobilizar forças e investir em organizações sociais construídas pela linguagem. É, portanto, na linguagem e pela linguagem que o sujeito se constitui como sujeito social.

Quando o sujeito é chamado para ser e agir desta ou daquela forma, por exemplo, em textos jurídicos, há a crença de que aquele que vai assumir o lugar enunciativo que lhe outorgam ocupa um lugar antecedente ao texto. Como se o sujeito inscrito já existisse e pudesse se enquadrar no lugar que lhe é atribuído, assumindo as especificidades sociais e históricas desse papel que lhe antecede.

Para Hall (2006), o processo de subjetivação se inscreve na língua pela relação de alteridade entre os signos linguísticos. *Eu sei quem “eu” sou em relação com o “outro” (por exemplo, minha mãe) que eu não posso ser.* (Hall, 2006, p. 40). A perspectiva linguística para o processo identitário do indivíduo abarca os sentidos que o sujeito tenta fixar em seus enunciados, mas os significados são mutantes e escapam ao controle do falante. As palavras jamais poderão fixar significados estáveis na cadeia do enunciado, porque ao se articularem umas com as outras, estarão em embates de alteridade, inscrevendo novos sentidos.

ENSINO DE LITERATURA

O sujeito pós-moderno e seu processo de subjetivação, segundo Hall (2006), o constitui como sujeito plural, não-individual que se institui nas práticas discursivas que o subjetivam.

Em nosso trabalho, propomos analisar as imagens discursivas do professor em EaD por meio dos enunciados polifônicos em que “vozes” de diferentes enunciadorese se inscrevem em embate inscrevendo sentidos para o trabalho docente.

Enunciados polifônicos são aqueles que inscrevem pontos de vista não-coincidentes no discurso, vozes de enunciadorese – seres discursivos que sustentam um ponto de vista no discurso – que o locutor traz para a cena enunciativa.

Baseado na teoria bakhtiniana do dialogismo textual segundo o qual várias vozes falam simultaneamente em um texto, Ducrot (1987) desenvolveu o *Esboço de uma Teoria Polifônica da Enunciação*, que propõe a polifonia para “sequências de enunciados”.

O sujeito não é fonte de seu dizer; quando ele fala, atualiza outras enunciações, logo um enunciado não pode ser entendido como um todo literal. Há em um enunciado uma cadeia de outros enunciados possíveis de serem apreendidos. Nessa perspectiva, o enunciado é um ponto de vista sustentado por um enunciadore e não um recorte metodológico de uma enunciação, mas a descrição dos sentidos instituídos. Em uma enunciação pode ser apreendido mais de um enunciado, o que ratifica a posição assumida pelo autor de um sujeito heterogêneo.

Para explicitar a polifonia desse sujeito plural, Ducrot (1987) distingue dois seres discursivos: o locutor a quem se imputa a responsabilidade do enunciável⁵ como um todo; uma espécie de ficção discursiva que *dá existência, através deste, a enunciadorese de quem ele organiza os pontos de vista e as atitudes* (Ducrot, 1987, p. 193); e o enunciadore como um ser discursivo que sustenta um ponto de vista no enunciado sem que lhe seja dado palavras precisas.

⁵ Devido à postulação de que um enunciado é um ponto de vista assumido por um enunciadore e de que uma enunciação pode conter dois enunciados: um posto e um pressuposto, decidi utilizar o termo enunciável para caracterizar o produto da ação de enunciar, reservando, assim, o termo enunciadore para aquilo que é tido como o sentido da enunciação.

Cabe, então, esclarecer que por locutor entende-se não o sujeito empírico que produz um enunciado, embora possam coincidir, mas um ser do discurso, marcado pelo pronome de 1ª pessoa, que vai orquestrando as vozes enunciativas do texto.

À guisa de ilustração, poderíamos compará-lo a uma espécie de narrador textual que vai trazendo ao discurso enunciadores que dialogam no texto. Desta forma, Ducrot distingue locutor e enunciadador como entidades discursivas que falam no texto. Segundo Ducrot,

O locutor fala no sentido em que o narrador relata, ou seja, ele é dado como a fonte de um discurso. Mas as atitudes expressas neste discurso podem ser atribuídas a enunciadores de que se distancia como os pontos de vista manifestados na narrativa podem ser sujeitos de consciência estranhos ao narrador. (Ducrot, 1987, p. 193).

Essa similaridade entre narrador e locutor é apenas ilustrativa, não devendo ser entendida literalmente. Se o locutor é um ser discursivo que vai trazendo pontos de vista sustentados por enunciadores, esses enunciadores podem, tal como os personagens postos por um narrador, apresentar pontos de vista diferentes do locutor.

A presença de dois pontos de vista diferentes no enunciado coloca por terra a crença na unicidade do sujeito enunciadador. Portanto, ao enunciar, o sujeito produz uma fala que é constitutivamente heterogênea. Relatando (sem marcas explícitas) uma outra enunciação com a qual ele pode se assimilar ou se distanciar. Se podemos identificar duas vozes em um mesmo enunciado, é porque há no *dito* a captação de um outro no discurso recuperado.

Para ilustrar sua teoria polifônica para sequência de enunciados, Ducrot (1987) recorre ao fenômeno da negação. A partir da distinção entre locutor e enunciadador, o autor argumenta que em uma frase negativa do tipo *Pedro não é gentil* apresentaria dois enunciados: primeiro, o afirmativo Pedro é gentil, sustentado por um enunciadador E_1 ⁶; segundo o enunciado negativo *Pedro não é gentil*, sustentado por um enunciadador E_2 ⁷.

É lógico que os dois enunciados não podem ser atribuídos a um mesmo enunciadador e E_2 só é possível à medida que E_1 é verdadei-

⁶ E_1 - Abreviação para o enunciado afirmativo pressuposto em uma negação polêmica.

⁷ E_2 - Abreviação para o enunciado negativo de uma negação polêmica.

ENSINO DE LITERATURA

ro para o enunciador da enunciação negativa, pois a negação só se constrói ao passo que o enunciado afirmativo seja aceito como verdadeiro, opondo, desta forma, pontos de vista distintos.

A pressuposição é um fenômeno estreitamente relacionado à polifonia e consiste em verificar na estrutura do enunciado os elementos linguísticos que inscrevem pressupostos enunciativos que são atualizados. Assim em proposições como: *Pedro não é gentil* (Cf. Ducrot, 1987, p. 200) pode ser verificada a presença de duas asserções: uma positiva que coloca em cena um enunciador que afirma *Pedro é gentil* (E_1) e uma outra asserção negativa que afirma *Pedro não é gentil* (E_2) que se assimila ao locutor, porque este é responsável pelo *dito* e o mesmo só existe em função da necessidade do locutor de negar a asserção positiva. É por isso que E_2 existe, para negar E_1 . Logo, temos o que é *dito*: Pedro não é gentil, e um *posto* retomado por E_1 *Pedro é gentil*. O *dito* e o *posto* encontram-se em uma enunciação caracterizada por Ducrot como negação polêmica e não podem ser negados porque encontram-se inscritos na constituição da estrutura da língua. A negação polêmica é um processo de implícito semântico. Ou seja, a presença do *não* introduz um sentido implícito à enunciação. Os pressupostos linguísticos estão implicados no conteúdo veiculado, a negação polêmica é apenas um deles e talvez o mais perceptível de ser apreendido como fenômeno indiscutivelmente polifônico.

A oposição entre os enunciadores é fenômeno da negação, pois *essa marca de maneira muito mais fundamental o enunciado afirmativo na negação que a negação na afirmação* (Ducrot, 1987, p. 202), havendo entre enunciados afirmativos e negativos uma *dissimetria* explicitada pelo uso do termo *ao contrário*, empregado depois de um enunciado negativo do tipo (1) *Pedro não é gentil; ao contrário, ele é insuportável* (Cf. Ducrot, 1987, p. 203). O enunciado que introduz a inversão da proposição se opõem não ao enunciado negativo, mas ao enunciado afirmativo subjacente que a frase negativa toma como pressuposição (*Pedro é gentil*). Ao empregar o mesmo termo *ao contrário*, em uma frase afirmativa teríamos *Pedro é gentil, ao contrário é adorável (idem)*, segundo a lei do discurso um enunciado afirmativo pode ter sua inversão da sua proposição, mas nesse caso (2), não se pode encaixar a expressão ao contrário para negar, de forma metalinguística, uma enunciação subjacente, pois os enun-

ciados não se excluem, de forma que os enunciadores têm estatutos diferentes nas frases afirmativas e negativas. Para o autor, o enunciador nas frases afirmativas já está *marcado na frase no momento em que se interpreta o enunciado* (Ducrot, 1987, p. 203).

A teoria polifônica proposta por Ducrot (1987) objetiva explicar no interior de um enunciado as marcas da heterogeneidade de todo ato de enunciação. Demonstrando que, ao enunciar, o sujeito põe em cena enunciados polifônicos nos quais podem ser apreendidas ‘vozes’ que falam no texto e que ratificam um sujeito constitutivamente plural e heterogêneo. Afasta-se qualquer possibilidade de que o sujeito seja a fonte de seu dizer.

A negação polêmica constitui um primeiro acesso às vozes que aparecem em um texto. Quem fala a quem? Que pontos de vista assumem no texto? Para a captação dessas vozes, escolhemos trabalhar com a negação polêmica e investigar que pontos de vista os enunciadores assumem ao falar sobre o trabalho docente.

Após uma revisão de sua teoria, Ducrot reformula a negação descritiva caracterizando-a como um *derivado delocutivo* da negação polêmica. Ou seja, a negação descritiva ocorre quando o locutor deseja pôr em cena um enunciado a que ele se assimila tendo o cuidado de não concordar com o enunciado afirmativo subjacente à negação. Tomemos como exemplo o enunciado proposto por Ducrot, *Pedro não é inteligente*. Tal enunciado coloca em cena um outro enunciado afirmativo subjacente *Pedro é inteligente* o qual inscreveria uma qualidade que deveria ser um atributo esperado para Pedro, mas que em sua descrição não é verdadeiro. Para talvez preservar a face positiva do enunciado, o locutor, no lugar de descrever um atributo para Pedro com uma qualidade que se opusesse ao fato de ser inteligente, por exemplo, *Pedro é ignorante*, escolhe descrevê-lo por aquilo que ele não é: *Pedro não é inteligente*. Logo, a negação descritiva sustentaria uma negação polêmica da qual o locutor põe em cena o enunciado afirmativo, mas não concorda com ele, e também não quer apresentar a oposição ao sentido do enunciado afirmativo, porque isso poderia ferir a face de Pedro.

Fato semelhante pode ser também verificado na frase “*não há nenhuma nuvem no céu*”. Para descrever o céu com uma afirmativa poderia ser utilizado um enunciado do tipo *o céu está limpo*, mas ao

ENSINO DE LITERATURA

escolher fazer uma descrição negativa, pode ser que o enunciador não queira colocar em cena a afirmativa subjacente que corresponderia *há nuvens no céu*, porque não compartilha dessa enunciação e, ao mesmo tempo, preservar a expectativa contrária, por exemplo, para alguém que desejasse chuva. Sendo a razão dessa proposição preenchida pelo alocutário. *Não há nuvens no céu* (logo não vai chover) ou Pedro não é inteligente (o que resulta em uma inferência da descrição com sentido afirmativo preenchida pelo alocutário: Pedro é ignorante).

Observa-se, então, que a negação descritiva põe em cena dois enunciados, porém a inferência de suas implicações para o sentido do enunciado fica por conta do alocutário, já que o enunciado afirmativo subjacente não fere a face de Pedro (*Pedro é inteligente*) e o enunciado negativo, de certo modo, também preserva a face de Pedro (*Pedro não é inteligente* – mas não está na superfície linguística que ele seja um ignorante). Podemos afirmar, então, que escolher fazer uma descrição negativa constitui uma estratégia discursiva fundamentada em duas premissas: primeira, que o locutor não concorda com o enunciado afirmativo subjacente, visto que se trata de uma descrição, o rebaixamento desse enunciado, é mais do que pertinente para o locutor, o que também ratifica o mecanismo de negação polêmica; segunda, que uma descrição afirmativa do objeto descrito poderia ameaçar a face dos interlocutores, o que é neutralizado pela descrição negativa, que grosso modo, “camufla” uma descrição mais precisa construída com uma afirmativa. Tal fenômeno acrescenta ao mecanismo de negação, além de dois pressupostos linguísticos – o enunciado afirmativo subjacente e o enunciado negativo –, o subentendido, que deve, desta forma, ser preenchido pelo coenunciador.

CORPUS SELECIONADO

Com o intuito de pesquisar os discursos oficiais sobre EaD e escolher o corpus com o qual trabalharíamos, realizamos uma leitura da LDB que indicava em seu Artigo 80 ser a União responsável pelo credenciamento de todos os cursos a distância. Pressupondo que o Ministério da Educação tivesse publicado documentos sobre a regulamentação dessa modalidade de ensino, consultamos o *site* e, ao todo, reunimos sete textos: duas portarias – Portaria nº 4.361, de 29 de

dezembro de 2004 e Portaria Nº 301, de 7 de abril de 1998 –, três Decretos – Decreto Nº 2.561, de 27 de abril de 1998; Decreto Nº 2.494, de 10 de dezembro de 1998 e Decreto Nº 5.622 de 19 de dezembro de 2005 – e uma Resolução – Resolução CNE/CES Nº 1, de 3 de abril de 2001, que legislam sobre essa modalidade de ensino, e ainda um documento intitulado “Referenciais de Qualidade para Cursos a Distância”, elaborado pela Secretaria de Educação Superior que é citado como indicador de qualidade para a autorização de cursos a distância em nível superior. Portanto, os cursos, para funcionarem, devem organizar seus projetos pedagógicos orientados por este documento, que define o que é e como deve ser realizada a educação a distância.

Tendo em vista o objetivo deste trabalho, qual seja, a apreensão de imagens discursivas do docente em educação a distância, selecionamos os *Referenciais de Qualidade para Cursos a Distância* como objeto de análise por entender que há entre as leis e este documento um movimento interdiscursivo interessante, pois os Referenciais se auto-referenciam como um documento sem estatuto de lei, no entanto é ele quem “dita” as normas para serem seguidas. Os Decretos e leis ao se referirem à autorização de funcionamento dos cursos em EaD nomeiam os Referenciais de Qualidade para esta tarefa e nele encontramos a inscrição de um modo de ser e agir para o professor em EaD. Buscando entender a polifonia dessas vozes que são trazidas ao texto para legitimar uma concepção para a Ead e o trabalho docente, efetuamos nosso encaminhamento teórico, que descreveremos na próxima seção.

RECORTE METODOLÓGICO E ANÁLISE

O procedimento de análise consistiu em pesquisar no documento *Referenciais de Qualidade para Cursos a Distância* todos os enunciados marcados pelo operador *não*. Foram encontrados 29 enunciados negativos organizados, de acordo com a classificação proposta por Ducrot, em *negativos polêmicos*(22) e *negativos descritivos*(7). Em seguida, organizamos os enunciados polêmicos e seus respectivos pontos de vista afirmativos subjacentes. Para cada enunciado, depreendemos o tema e o denominamos de *Visão* que o enunciador traz para debate. Segundo Maingueneau (2005),

ENSINO DE LITERATURA

A noção de tema de um discurso é de manuseio delicado, quando se procura conferir-lhe um estatuto um pouco preciso. Pode-se utilizá-la em múltiplos níveis: microtemas de uma frase, de um parágrafo...; macrotemas de uma obra inteira, de muitas obras. (Maingueneau, 2005, p. 85)

Considerando o recorte que propomos para as análises, adotamos a definição do autor que, grosso modo, define tema como “*a-quilo de que um discurso trata em qualquer nível que seja, (...) já que o conjunto da temática se desdobra a partir dele, sua ação é perceptível em todos os pontos do texto*” (Maingueneau, 2005).

A depreensão dos temas visa estabelecer por que uma enunciação se realiza. Portanto, o *tema da enunciação é, na verdade, assim como a própria enunciação, individual e não reiterável. Ele se apresenta como a expressão de uma situação histórica concreta que deu origem à enunciação* (Bakhtin, 1995, p. 128).

Os temas depreendidos nos enunciados polêmicos motivam o debate sobre o qual os enunciadores irão se posicionar. Em nosso cópula, os interesses temáticos encontrados foram: a) Visão de qualidade; b) Visão regulamentadora; c) Visão de EaD; d) Visão do trabalho docente; e) Visão de tecnologia.

A metodologia de análise, a partir do conceito de heterogeneidade marcada, destaca-se por apresentar os pontos de vista dos enunciadores pressupostos que se inscrevem pela marca do *não*.

Ao analisar as afirmativas pressupostas dos enunciados negativos, com quem o locutor do enunciado negativo dialoga, revelam-se a posição que os sujeitos assumem no discurso e os sentidos que produzem. Conforme essas vozes se manifestam, assumem pontos de vista que podem rejeitar o exterior da formação discursiva de onde fala o locutor. Conseqüentemente, se há um enunciador que nega um ponto de vista, há um outro enunciador situado em outro lugar que seria capaz de sustentar o ponto de vista contrário.

Após distinguir as vozes que “falam” no texto e imputá-las a determinados perfis de enunciadores, analisamos sobre o que falam esses enunciadores, que tipos de temas são colocados em discussão e que tipos de embates se colocam em seus enunciados.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Para este artigo, traremos alguns exemplos de enunciados atribuídos a cada perfil de enunciador⁸ seguidos da análise desses enunciados.

Enunciador Gerenciador

O enunciador gerenciador se posiciona de um lugar discursivo no qual os temas que interessam à sua posição se referem ao modelo de EaD concebido em sua generalidade. Para ele, a concepção para EaD não advoga a tecnologia da informação como suporte de ensino, mas realizar-se-á por tecnologias diversas que atendam principalmente à agilidade do processo, o que está em ponto de vista subjacentes enunciados como *Montam-se cursos a distância de qualidade em dois ou três meses (6)* ; *As instituições podem elaborar seus cursos a distância baseadas só em material impresso (18)*; *[Os programas a distância] podem abrir mão da qualidade ao apresentar diferentes desenhos e múltiplas combinações de linguagens e recursos educacionais e tecnológicos (12)* . Em tais enunciados, a EaD apresenta uma natureza retrógrada, pois além de se referir ao material impresso como única fonte de modelos para a implantação do projeto, o uso de tecnologias diversas e suas combinações, na visão do enunciador, parece comprometer o que ele chama de qualidade.

A visão de qualidade que apresenta é assim fruto do acaso, não se filia nem ao projeto tecnológico nem à experiência, tendo em vista que os cursos a distância podem ter qualidade e serem produzidos em dois ou três meses. O enunciador não apresenta uma visão sobre o trabalho docente.

Em termos de regulamentação, sua preocupação está centrada em questões de gestão institucional sugerindo um modelo digamos “flexível” para que o aluno possa encurtar seu tempo de estudo.

O perfil de gerenciador reúne pontos de vista sustentados por um enunciador que não se posiciona em relação ao trabalho do professor nem do tutor.

⁸ A pesquisa completa intitula-se “Sentidos para a Docência nos Discursos Oficiais sobre Educação a distância” e pode ser acessada no endereço http://www.bdted.uerj.br/de_busca/arquivo.php?codArquivo=671.

ENSINO DE LITERATURA

Enunciador Experienciador

As enunciações atribuídas ao perfil de enunciador caracterizado como *experienciador* se referem ao conjunto de afirmativas que se reportam ao lugar discursivo que aponta para a prática docente. Nesse sentido, uma primeira observação a fazer é a de que o trabalho docente é tema apenas desse enunciador que apresenta três argumentos diferentes para o trabalho docente em EaD: primeiro, aponta para a forma de construção de conhecimento realizada integralmente com a ajuda do professor “*O aluno constrói conhecimento com a ajuda em tempo integral do professor*” (ponto de vista afirmativo 2), ou seja, de acordo com o enunciador, a presença do professor é fundamental; o segundo, aponta os programas em EaD apresentados como novos sistema de ensino, mas que, diante da visão do enunciador, são mera transposição do presencial *Programas, cursos, disciplinas ou mesmo conteúdos oferecidos a distância (...) são mera transposição do presencial* (ponto de vista afirmativo 11); o terceiro argumento sobre o trabalho docente a que nos referimos é o que demarca uma posição de reafirmação sobre o fato da incerteza do papel do professor diante da tecnologia *Cursos a distância têm professores* (ponto de vista afirmativo 14). Diante de concepções de ensino que privilegiam um número reduzido de professores face a um quantitativo maior de tutores para orientar os alunos, instala-se na sociedade a dúvida: onde se situa o trabalho do professor em EaD?

A essas incertezas trazidas para o texto, o enunciador se posiciona advogando que *cursos a distância têm professores*. No enunciado¹⁴ “*como a senhora sabe, cursos a distância não têm professores*”. Essa frase foi dita a mim por uma diretora de instituição que desejava trabalhar a distância, a negação polêmica está caracterizada como um discurso relatado. De acordo com a descrição da teoria de Ducrot (1987), a partir de um locutor – inscrito pela marca de 1ª pessoa – se insere uma enunciação relatada ocorrida em outra enunciação. O discurso relatado é, pois, uma enunciação sobre outra enunciação. Nesse enunciado, a ruptura sintática entre a voz do locutor e da enunciação relatada está marcada tipograficamente pelas aspas, o que, segundo Kerbrat-Orecchioni (1987), é visto como *uma maneira hábil por ser indireta de sugerir o que se pensa, sem neces-*

sitar responsabilizar-se por isso (Kerbrat-Orecchioni. In Maingueneau, 1987). Ao delimitar o que é a voz do outro, o locutor se distancia do que é dito e caracteriza sua enunciação como uma reprodução fiel daquilo que relata. Daí concluímos que o locutor realiza, simultaneamente, a inscrição de uma enunciação da qual se distancia e a inscrição de uma negação polêmica, que põe em discussão dois pontos de vista em controvérsia: *cursos a distância têm professores* em oposição à *cursos a distância não têm professores*. O enunciado negativo é atribuído ao locutor, pois é ele quem organiza os pontos de vista da controvérsia, que nesse enunciado se assimila ao sujeito empírico da enunciação o autor do texto, isto é, a própria Secretaria de Educação, porém, ao atribuir o enunciado polêmico a um discurso citado, o locutor se desresponsabiliza pela controvérsia que instala no discurso. Desta forma, esse enunciado negativo polêmico apresentado em discurso relatado nos levou a uma reflexão de ordem teórica: apresentar uma negação polêmica em discurso relatado é uma estratégia utilizada pelo locutor para se distanciar do debate que instala em seu discurso, atribuindo a outrem o ponto de vista sustentado pela negação polêmica. Fato semelhante ocorre no enunciado 1 “*Qualidade não é obra do acaso*. Resulta de intenção, esforço e competência” no qual a negação polêmica também aparece inscrita em discurso relatado, distanciando o locutor do debate que institui.

A visão de qualidade em EaD apresentada pelo enunciador experienciador é obtida pela experiência docente presencial *a experiência em cursos presenciais é suficiente para garantir a qualidade de materiais educacionais que serão veiculados por diferentes meios de comunicação* (ponto de vista subjacente 16). Sobre esse aspecto, vale ressaltar que, o enunciador advoga que cursos em EaD têm professores e esses docentes do ensino presencial serão os mesmos que irão atuar a distância. Para ele, a docência em EaD não se difere da realizada em salas presenciais, e o fundamento da EaD é tratado como *O princípio mestre é o que se trata apenas de tecnologia ou formação* (ponto de vista subjacente 5). Além disso, sua visão em relação a esse modelo de ensino é reducionista, pois para ele *Educação a distância quer dizer eliminar objetivos, conteúdos, experimentações, avaliações* (ponto de vista subjacente 10). Logo, para o enunciador *experienciador* tal modelo de ensino se equipara ao *curso supletivo*.

ENSINO DE LITERATURA

No que tange à visão de ensino, enfatiza o embate entre educação presencial e educação a distância. Para ele, essa dicotomia entre o presencial e o ensino a distância há de existir em qualquer época, porque, *Em educação, sempre haverá a distinção entre as atividades de aprendizagens presenciais e atividades de aprendizagem a distância* (ponto de vista subjacente 3). Essa visão está calcada pela concepção de ensino que aparece em seus enunciados e da posição que assume de docente ao enunciar que *Para muitos alunos parece ser fácil estudar a distância. E na verdade é fácil mesmo* (ponto de vista subjacente 21). De certo, faz ver certa representação do dizer dos alunos em relação ao ensino a distância, que ratifica.

Esse embate entre educação presencial e educação a distância aponta para uma visão de ensino que traz das duas modalidades de ensino e o situam no discurso como um *experenciador* pessimista e insatisfeito com o trabalho e ensino a distância.

Enunciador Leigo

O enunciador leigo apresenta uma visão para EaD que se alinha ao ponto de vista sustentado pelo enunciador experenciador quando afirma que *Educação a distância é sinônimo de redução de tempo de integralização de currículos, cursos e programas* (ponto de vista afirmativo subjacente 8). Dessa forma o encurtamento do tempo se caracteriza não como uma possibilidade advinda da “experiência” do aluno, como afirma o enunciador gerenciador, mas dos objetivos e moldes em que o ensino se apresenta. Nesse sentido, sua enunciação tem um “tom” de denúncia e é pouco ameno. Sua visão de EaD parece coincidir com a visão do enunciador *experenciador* quando advoga que *Educação a distância é sinônimo de curso supletivo de ensino fundamental ou médio a distância* (ponto de vista afirmativo subjacente 13).

Contudo, é o único enunciador que apresenta tema relacionado à tecnologia de informação disposta na rede sobre a qual apresenta uma perspectiva desqualificadora *Tecnologias de ponta eliminam a necessidade do domínio escrito e falado da língua; do desenvolvimento do raciocínio lógico; da aquisição dos conceitos matemáticos, físicos e químicos básicos; dos conhecimentos, competências, hábi-*

tos, atitudes e habilidades necessários para trabalhar e usufruir plena e solidariamente a vida (ponto de vista afirmativo subjacente 7). A tecnologia é entendida como razão para a diminuição de habilidades no domínio escrito e falado e ratifica uma concepção de ensino voltada para a massificação, pois não oportuniza as estratégias para desenvolver habilidades que são aqui desqualificadas e desnecessárias.

CONCLUSÕES

A partir das análises, podemos observar que os sentidos de ser professor no texto constroem a imagem de uma prática em EaD que atualiza uma imagem de professor que, apesar de experiente, não domina os suportes tecnológicos e por isso igualaria Educação presencial e a distância. O professor que domina o suporte tecnológico se subjetiva tutor. No que tange ao trabalho do tutor, em nenhum perfil de enunciado o trabalho do professor se opõe ao trabalho do tutor. O pólo de discussão se situa em questões que dizem respeito, principalmente, ao exercício docente e à gestão institucional. Nesse aspecto, frisa-se que, a partir da marca linguística *não* a demarcação das vozes enunciativas, não apresentou nenhum enunciado onde o termo *tutor* fosse pólo de uma controvérsia.

O sentido do trabalho docente em EaD se institui pelo embate com o professor presencial, e não pelo embate com o tutor. Dessa forma, o trabalho do tutor se solidariza com o trabalho do professor. A negação polêmica, desta forma, apresenta dois pólos em oposição: o professor presencial desqualificado e o professor a distância visionário, excêntrico que atua como tutor. O tutor está subordinado ao professor, já que este é o sujeito responsável por uma disciplina ou conteúdo. Para além das designações, existe o sujeito que orienta o processo de ensino-aprendizagem, na modalidade presencial, ele se chama professor e, na modalidade a distância, se chama tutor. As representações implicadas nessa distinção apontam que o primeiro seria aquele destituído do aporte tecnológico. Ou seja, o professor assume a identidade de tutor quando é capaz de interagir com os alunos pela internet, de motivá-los à auto-aprendizagem e isto implica assumir que o *professor não o seja*. Desta forma, sua representação fica delegada à supervisão dos conteúdos aprendidos e sua experiência

ENSINO DE LITERATURA

como docente presencial já não serve aos propósitos do ensino a distância.

Desta forma, os sentidos do trabalho docente em EaD se inscreve como uma prática de orientação de estudo na qual a relação entre professor, aluno e tecnologia se constitui uma relação ineficaz. O tutor vem preencher uma lacuna de estímulo para a auto-aprendizagem que a prática docente não possui.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. *Palavras incertas: as não-coincidências do dizer*. Campinas: Unicamp, 1998.

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 7ª ed. São Paulo: HUCITEC, 1995.

DELAMOTTE-LEGRAND, Régine. A profissão de professor: relações com os saberes, diálogo e colocação em palavras. **In:** *Linguagem e trabalho: construção de objetos de análise no Brasil e na França*. São Paulo: Cortez, 2002.

DUCROT, Oswald. *O dizer e o dito*. São Paulo: Pontes, 1987.

FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do saber*. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 7ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na Pós-Modernidade*. Tradução Tomaz Tadeu da Silva e Guaracira Lopes Louro. 11ª ed. Rio de Janeiro: DP& A, 2006.

LATOURETTE, B. *Jamais fomos modernos*. 2ª ed. São Paulo: Editora 34, 2000.

LITWIN, Edith (org.). *Tecnologia educacional: política, história e propostas*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em análise do discurso*. 3ª ed. São Paulo: Pontes, 1997.

———. *Análise de textos de comunicação*. Tradução de Cecília P. de Souza-e-Silva e Décio Rocha. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.

———. *Gênese dos discursos*. Paraná: Criar, 2005.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

ORLANDI, E. Do sujeito na História e no Simbólico. **In:** *Discurso e texto e circulação de sentidos*. Campinas: Pontes, 2001.

PÊCHEUX, Michel. Sur les contextes épistémologiques de l'analyse de discours. **In:** *Mots, presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques*, nº 9, out., 1984, p. 7.

ROCHA, Décio. Polifonia em enunciados negativos: Vozes que habitam o dizer "Não". **In:** *DELTA: Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada*, vol. 14, nº 1, fev. São Paulo: Educ, 1998.

———. *Análise do discurso: Introdução à problemática enunciativa e à análise crítica do discurso*. Notas de aula expositiva, 2006.

SABOYA, Jorge; WERNECK, Angela e MARQUES, Maristela. *Legislação educacional comentada*. Rio de Janeiro: JASP, 2002.

SANCHO, Juana María (org.). *Para uma tecnologia educacional*. Porto Alegre: ArtMED, 1998.

WILLIAMS, R. *Keywords*. Londres: Fontana, 1976.